

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE PROFESSOR REGULAR E O MEDIADOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA

Diessica Noely Leitão Silva ¹
Raimunda Sousa dos Santos²

RESUMO

Este trabalho visa discutir sobre a importância da parceria entre professores e mediadores diante a inclusão de crianças dentro do Espectro Autista, foi realizado em uma escola da rede pública de Bacabal permitindo-nos refletir para que a inclusão em uma equipe pedagógica é necessário compreender a importância do olhar acolhedor ao aluno com TEA possibilita que a escola se torne um inclusivo. Tendo em vista que o princípio fundamental da escola é um ambiente onde todos os educandos possam aprender juntos independentemente de qualquer dificuldade ou diferença, sempre que for possível reconhecendo as diversidades e acomodando vários estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade. Quando se fala em inclusão escolar nos remete a ideia de que o professor regular deve ser um agente motivador e acolhedor, necessita que sua didática chegue ao alcance de todos, assim como o mediador escolar seja uma ponte que interliga as relações sociais, ambos precisam formar parcerias em conjunto a família. Contudo, notamos a importância do acolhimento, parceria e escuta entre as profissionais para que o objetivo proposto em seus planejamentos alcance a necessidade individual do aluno sem qualquer julgamento.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Professor, Mediador, Aluno, TEA.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos neurodivergentes tem sido um tema bastante discutido ao longo dos anos, principalmente nos ambientes educacionais pertencentes a rede pública. Embora nas últimas décadas a educação brasileira tenha recebido fortes influências de documentos normativos, Leis e decretos referente a inclusão de pessoas com deficiência, nota-se queixas de profissionais que se julgam despreparados ou incapazes de realizar um planejamento adaptado a necessidade individualizada do aluno com Espectro Autista, em

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário - UNIPLAN, diessicanoely1011@gmail.com;

² Professor orientador: Especialista, Centro Universitário - UNIPLAN, raisousantos@gmail.com.

suma se recusam em conhecer a história de vida ou ouvir o companheiro de sala que acompanha esse discente dificultando assim a garantia do direito de aprendizagem desses educandos.

Embora em Bacabal haja momentos de debates, caminhadas, formações e fóruns de discursões promovidos pela Secretaria de Educação Municipal ainda acontece situações nas quais o mediador escolar se vê sozinho, mesmo sabendo que há escola polo que contemplam de Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, assim como há também a equipe multidisciplinar, equipe de Educação Inclusiva. O número de evasão de falta e evasão escolar de alunos típicos e neurodivergentes ainda é bastante significativo, isso acaba impactando negativamente a escola e o desempenho educacional ora ou outra é necessário executar uma busca ativa.

O real motivo desta pesquisa faz-se relação a vivência em sala de aula como mediadora escolar, tendo em vista as dificuldades e barreira enfrentadas durante o trabalho principalmente com o distanciamento de alguns colegas profissionais que ainda segregam o aluno com transtorno do espectro autista enquanto na verdade esse necessita ser incluído. A prática perpassa todas as entrelinhas encontradas na teoria, há momentos que nos faz desejar desistir, é cansativo, na maioria das vezes somos excluídos junto ao aluno e a família, há situações em que o diálogo e a empatia são substituídos pela prepotência e arrogância.

Percebemos que a partir do momento que nos identificarmos como parceiros e sustentamos um bom relacionamento dentro do ambiente escolar, onde cada profissional cumpra seu papel visando colaboração no exercício do planejamento e durante o fazer pedagógico, assim como a participação da família na escola ai sim haverá inclusão de fato.

Quando o município se preocupa em garantir as diretrizes e Leis acaba despertando em nós o desejo de melhorias, pois sabemos que os discentes que necessitam de medidas especiais querem se sentir aceitos e acolhidos, como quaisquer outros, e isso deve começar desde da acolhida, infraestrutura, pedagógico, parceria com a família. Se há medidas que atendam às especificidades, então o primeiro passo já foi dado.

Diante desse cenário somos sabedores que a educação inclusiva segue em passos lentos no território nacional e principalmente no de município Bacabal – MA. Sobretudo, este trabalho visa discutir sobre a importância da parceria entre professores e mediadores diante a inclusão de crianças dentro do Espectro Autista, foi realizado em

uma escola da rede pública de Bacabal, enfatizamos ainda o interesse pelo tema nasceu diante do exposto e das dificuldades vivenciadas pela pesquisadora em sua prática em sala de aula regular de ensino. Não é fácil ser mediadora escolar por mais que você se dedique, estude, planeje tudo que você faça parece ser migalhas neste vasto mundo que é inclusão.

Quando se fala em alunos autistas precisamos entender que os principais sinais aparecem logo na primeira infância provém de causas genéticas, que ocorre durante o período do desenvolvimento da criança, na maioria das vezes vem acompanhado por comorbidades como: TDAH, TOD, ansiedade, deficiência intelectual gerando ainda mais insegurança para a família diante do diagnóstico. Sobre isso é importante enfatizar que o diagnóstico não é uma sentença, o fim, mas o início para buscar meios de intervenção que ajudarão no desenvolvimento funcional da criança, quanto mais cedo tiver mais fácil fica de gerar qualidade de vida.

Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo refletir sobre as práticas e vivências dentro da sala de aula para que haja inclusão é necessário compreender a importância do olhar acolhedor ao aluno com TEA, os profissionais trabalhem de forma colaborativas, assim possibilite que a escola se torne um ambiente inclusivo. Além disso a inclusão do aluno autista no ambiente educacional na rede pública permite seu desenvolvimento socioemocional, cognitivo e integral.

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive (Camargo; Bosa, 2009, p. 70).

Aprendizagem humana envolve um processo complexo, pois necessita de fatores capazes de desenvolver o orgânico, afetivo, cognitivo, social e pedagógico. Desta forma, compreender nos faz questionar como os professores e mediadores escolares desenvolvem ações inclusivas para alunos com transtorno do espectro autista?

Quando se refere a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista percebemos que esta temática desperta em cada profissional diversas sensações em alguns casos nos deparamos com colegas que enxergam a proposta com algo desafiador ou incapaz de fazer acontecer. Nessa prática que envolve a inclusão é bom destacarmos que o professor não é um agente que trabalha de forma isolada, que ensina e avalia somente uma parcela da turma, todavia, o auxílio do mediador é fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento pedagógico, social e cognitivo do aluno com

TEA permitindo assim que o direito a educação possa ser garantido. Para que o acesso e a permanência desses alunos sejam concretizados, de acordo com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é preciso:

Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilidade de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2014a).

Quando se fala em inclusão escolar nos remete a ideia de que o professor regular deve ser um agente motivador e acolhedor, necessita que sua didática chegue ao alcance de todos, assim como o mediador escolar seja uma ponte que interliga as relações sociais, ambos precisam formar parcerias em conjunto a família. Sobretudo, notamos a importância do acolhimento, parceria e escuta entre as profissionais para que o objetivo proposto em seus planejamentos alcance a necessidade individual do aluno sem qualquer julgamento.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório descritivo de cunho qualitativo e quantitativo, por abordar dados bibliográficos, observação e de pesquisa de campo sobre a inclusão do aluno com autismo no ensino regular dando ênfase na parceria entre professor regular e mediador escolar.

Essa abordagem requer uma análise sobre a importância da parceria entre professor regular e o mediador escolar no processo de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista - TEA. Foi realizado em uma escola da rede municipal em Bacabal – Maranhão.

Para a realização do estudo e coleta de dados foi utilizado como instrumento de investigação um questionário semiestruturado com perguntas fechadas aos professores / Mediadores, registro fotográfico para isso a família assinou um termo de consentimento. A escolha do questionário se justifica como instrumento mais fácil de ser utilizado nesta situação, quando o sujeito da pesquisa carece de maiores esclarecimentos sobre as questões.

De acordo com Oliveira (2008, p 45)

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se

explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa.

Assim, a realização desta pesquisa aconteceu de forma ética, cautelosa sem interferir na rotina da escola e da sala de aula. Cada participante da pesquisa foi tomado como sujeito principal com concepções próprias sobre o assunto pesquisado atuante da realidade vivenciada e como a finalidade analisar sobre as práticas educativas desses profissionais favorece a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista no âmbito escolar. Portanto, tendo em vista que o princípio fundamental da escola é um ambiente onde todos os educandos possam aprender juntos independentemente de qualquer dificuldade ou diferença, sempre que for possível reconhecendo as diversidades, acomodando vários estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade.

A RELAÇÃO DO PROFESSOR E MEDIADOR ESCOLAR DIANTE DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA.

Em uma equipe pedagógica compreender a importância do olhar acolhedor ao aluno com Transtorno do Espectro Autista faz total diferença, possibilita que a escola se torne um inclusivo. A influência de bons professores e a parceria com os mediadores podem contribuir para o aprendizado de alunos com TEA. Para que isso aconteça é necessário que todos saibam sobre o impacto que o Transtorno do Espectro Autista não cuidado pode causar na vida acadêmica de um aluno.

Sobre o trabalho do professor no ensino regular Nóvoa (1995, p.18) expressa que “os professores são os protagonistas da grande operação histórica da escolarização, assumindo a tarefa de promover o valor da educação”. Seu papel é de transformação social, política e cultural permitindo aos sujeitos o conhecimento e a transformação da sua realidade. Mesmo diante de um cenário onde o mesmo é tão desvalorizado, seu trabalho em alguns momentos chega ser desconhecido.

No passado os autistas eram conhecidos como esquizofrênicos que viviam acometidos ao isolamento social. A partir de 1911, que o psiquiatra austríaco Eugen Brauwler inicia estudo sobre o comportamento, convívio em grupos, aprendizagem de pessoas com autismo. Sendo o primeiro a utilizar a palavra “Autismo”, que deriva do grego “Autos”, que quer dizer: “Voltar-se para si mesmo. Mais tarde foram surgindo

novas pesquisas com crianças tinham, portanto, traços diferenciados de outras crianças, pois evitavam interagir e sustentar diálogos por muito tempo.

De acordo com a American Psychiatric Association (2014) é no diagnóstico do TEA que:

[...] as características clínicas individuais são registradas por meio do uso de especificadores (com ou sem comprometimento intelectual concomitante; com ou sem comprometimento da linguagem concomitante; associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental), bem como especificadores que descrevem os sintomas autistas (idade da primeira preocupação; com ou sem perda de habilidades estabelecidas; gravidade). Tais especificadores oportunizam aos clínicos a individualização do diagnóstico e a comunicação de uma descrição clínica mais rica dos indivíduos afetados. Por exemplo, muitos indivíduos anteriormente diagnosticados com transtorno de Asperger atualmente receberiam um diagnóstico de transtorno do espectro autista sem comprometimento linguístico ou intelectual. (American Psychiatric Association, 2014, p. 32).

Devido estas características os alunos com o transtorno do espectro autista - TEA são muitas vezes deixados de lado, sem qualquer atenção dos professores. O isolamento destes muitas vezes é acompanhado com a desculpa de que não há preparo suficiente para trabalhar com o aluno em sala de aula, que tem mais outros alunos sem deficiência para ajudar ou como algo sem jeito que estão na escola somente para socializar e devido a Lei.

Quando o professor compreende seu papel, assim como a gestão escolar consegue diferenciar o que é de sua responsabilidade e dos seus liderados a inclusão fica mais fácil de acontecer na prática Santos (2016, p. 56), afirma que:

A escola deve procurar apoio fora do âmbito escolar, não esperar somente pela secretaria de educação do município. A falta de apoio técnico de especialistas na área para a formação continuada do professor também contribui para exclusão do aluno.

A escola para ser um ambiente inclusivo de início precisa compreender quem é seu atual público, sua forma de aprendizagem, como interagem com seus pares e demais pessoas que formam o espaço acadêmico, não basta matricular o aluno com deficiência é necessário garantir a Lei, em alguns casos alunos com TEA costumam apresentarem dificuldades de aprendizagens, relacionar com os demais pares, baixa estima, por isso a importância de uma equipe multiprofissional ativa para direcionar e apontar quais métodos que contemplem suas necessidades individuais, vise estimular cada habilidade e competência do seu aluno. Por isso, a necessidade de uma gestão atualizada e democrática.

Quando falamos de educação inclusiva estamos nos referindo a uma educação de qualidade para todos, que permita que todos sejam protagonistas, tenham espaço para o diálogo, todos sejam ouvidos e entendidos.

Nessa óptica, ressaltamos a percepção de Aranha (2004, p. 23):

O suporte para o professor do ensino regular que recebe alunos com necessidades educacionais especiais, em sua sala de aula, deve ser ministrado pela Coordenação Pedagógica (ou equipe técnica, quando contar com uma), a qual deve ter conhecimento dos conteúdos curriculares, dos métodos de ensino, dos recursos didático-pedagógicos e estimular a criatividade do professor. A Coordenação Pedagógica deve ser ativa e participante no cotidiano da sala de aula, da escola e das relações com a comunidade.

Para que a aprendizagem aconteça de forma objetiva e coerente são necessárias as adaptações pedagógicas que fazem com que os conteúdos cheguem aos alunos com TEA de uma forma mais clara, respeitando suas necessidades, por isso é tão importante a presença de um mediador escolar especializado na área de desenvolvimento e aprendizagem.

Pensar numa escola inclusiva é pensar que todos fazem parte do processo é garantir o direito sem qualquer ato que venha discriminar a dignidade do aluno com deficiência nesse sentido, Mantoan (2003, p. 8) afirma que:

Estamos ressignificando o papel da escola com professores, pais, comunidades interessadas e instalando, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. Meu objetivo é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas.

Quando há valorização de cada profissional, não há competição ou divisão de classe o aluno com TEA não é responsabilidade isolada do mediador escolar, porém é de toda escola, o professor regente por sua vez não pode sub dividir a turma e delegar responsabilidade sobre aquele aluno ao mediador alegando que tem vários outros alunos para ensinar. O nome do aluno com deficiência deve fazer parte da lista de frequência e do planejamento do professor quanto qualquer outro aluno. Todavia, não se deve avaliar esse aluno com o mesmo instrumento avaliativo caso ele demonstre dificuldade específica naquele assunto proposto, nesse caso devemos facilitar sua compreensão, avaliar o que ele conseguiu fazer diante do que foi proposto e ter sua nota digna e não por pena.

Sobre o Transtorno de Espectro Autista o DSM-5 (2014, p. 853), explica:

O transtorno do espectro autista é um novo transtorno do DSM-5 que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades.

Se os profissionais estudassem mais sobre o autismo diminuiria o preconceito e os desafios sobre suas práticas, se houvesse parceria entre os colaboradores seria mais fácil para o aluno, família e toda comunidade escolar. Enquanto os profissionais estiverem trabalhando de forma isolada, em suposições, distante um do outro, como se estivessem ilhados sem total colaboração e participação em conjunto de fato trabalhar com alunos autistas será desafiador. Segundo Facion, (2009, p. 203) “incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão”. O trabalho deve ser colaborativo e participativo, enquanto não entenderem isso continuarão agindo de forma individualista, a escola precisa ser de fato um espaço democrático, onde cada profissional tenha o direito de fala, principalmente no ato de planejamento, nas reuniões pedagógicas, reuniões de pais e mestres, na construção do PP, é triste presenciar cenas onde o professor se recusa em ouvir seu colega, planeja isolado e recusa compartilhar saberes, evita que o mediador tenha acesso ao seu caderno de plano ou quando permite é pouco minutos do início da aula iniciar. Como haverá mediação das propostas pedagógicas sem saber o que irá acontecer naquele dia? Como facilitar aprendizagem? Isso é uma prática desrespeitosa chegar ser desumano trabalhar em um ambiente assim, é impossível incluir.

A inclusão das pessoas com NEE requer, assim, adaptações que devem atender às diferenças individuais do processo de ensino-aprendizagem de cada um. Tais mudanças podem ocorrer em reformulações da gestão escolar, promover implicações na formação dos professores, impulsionar reflexões sobre adaptação curricular e refletir sobre as políticas públicas vigentes. Com esse intuito caminha a iniciativa do movimento de inclusão, que chama a atenção para as demandas quanto às mudanças e adaptações necessárias para a inclusão desse aluno. (Costa, 2017, p. 41).

Nessa perspectiva, se não há parceria e um trabalho coletivo não há inclusão. Na medida em que a educação especial faz parte do sistema de ensino inclusivo, a inclusão passa a ser vista como um processo contínuo, quebrando barreiras entre a educação especial e a escola regular. A escola passa a ser um espaço de acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, um lugar no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício da cidadania. Neste sentido:

A inclusão escolar, sendo decorrente de uma educação acolhedora e para todos, propõe a fusão das modalidades de ensino especial e regular e a estruturação de uma nova modalidade educacional, consubstanciada na ideia de uma escola única. A pretensão é: unificar o que está fragmentado, dicotomizado, tratado isoladamente e oficializado em subsistemas paralelos, que mantém a discriminação dentro e fora das escolas; reconhecidas tão comumente

rejeitadas e confundidas por não caberem nos moldes virtuais do bom aluno (Mantoan, 2003, p. 87).

Pensar e construir uma prática pedagógica que assuma a inclusão de verdade e se volte para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com TEA na escola é fazer com que esta instituição esteja preparada para compreender cada pessoa tem suas potencialidades, singularidades e diferenças em seus contextos de vida.

Muitos desafios precisam ser enfrentados e as propostas educacionais revistas, conduzindo a uma tomada de posição que resulte em novas práticas de ensino e aprendizagem consistentes e produtivas para a educação de pessoas com autismo, nas escolas públicas principalmente relacionada ao plano educacional individual.

Sobre o papel e a formação dos professores, a LDB nº 9.394/96 dá atenção específica a esta questão estabelecendo critérios acerca da necessidade deste profissional para o exercício da inclusão. De acordo com o capítulo V, são necessários “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996).

Nota-se a exigência de um profissional qualificado para atender as demandas dos alunos, mas na prática dificilmente encontramos esse profissional apto para trabalhar com pessoas com deficiências, a maioria dos profissionais alegam que não tiveram contato com essa disciplina na época da faculdade, que não tem manejos para ensinar esse novo público, por isso acaba delegando total responsabilidade para o mediador escolar.

Quando o aluno com TEA tem uma crise em sala de aula, ou o mediador escolar precisa ausentar para cuidados médicos e não tem quem acompanhe o aluno em sala a coordenação resulta ligando para família buscar o aprendente fora do horário estabelecido para que todos os alunos. A declaração de Salamanca traz consigo a reflexão sobre o que de fato se espera da inclusão, vejamos:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 61).

A equipe multidisciplinar por sua vez deveria priorizar o trabalho de aperfeiçoamento pedagógico, realizar ações, roda de conversa, ouvir as queixas dos professores, desenvolver plantões pedagógicos durante a semana de planejamento para

auxiliar os professores diante das dúvidas que surgem nesse momento. Priorizar mais o ensino-aprendizagem ao invés da intervenção individualizada com o aluno essa parte deveria ser de responsabilidade da saúde, a necessidade educacional é mais urgente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do estudo realizado, podemos analisar que se tratando de inclusão escolar de aluno com TEA muitos professores ainda não possuem domínio prático como desejam, em alguns momentos há trocas de papéis entre professores e mediadores, assim como há pouca participação da família que na maioria dos casos prefere deixar a criança em casa cujo prejuízo recai sobre o aluno. Vejamos o que diz a tabela e sua análise percentual:

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE DIFICULDADE DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA.

O QUE MAIS DIFICULTA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA?	FREQUÊNCIA	(%)
AUSÊNCIA DE PARCERIA ENTRE OS PROFISSIONAIS	5	50%
AUSÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA	3	30%
NÃO COMPREENDER TÉCNICAS ADEQUADAS	2	20%

Fonte: elaborado pelas autoras, Bacabal – MA (2024).

De acordo com a Tab. 1, 50% dos profissionais pesquisados apresentam queixas da ausência de parceria entre os profissionais que atuam com os alunos com TEA, onde acaba dificultando seu rendimento e até mesmo desenvolvimento. Outro fator que dificulta a inclusão desses alunos conforme 30% dos professores relataram seria a ausência da família na escola. Sobretudo, 20% acham que não compreender técnicas adequadas dificulta a inclusão do seu aluno.

Enquanto o aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma

educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade (Cunha, 2014, p.55).

Assim, podemos dizer que o professor regular, o mediador escolar juntamente com os demais profissionais tornam a escola um ambiente acolhedor fazem diferença no desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista - TEA e, cabe ao professor, realizar atividades diversificadas com brincadeiras, jogos, pinturas, música que contemplem as necessidades do seu aluno já o mediador busca desenvolver seu trabalho na mediação familiar, pedagógica e terapêutica dessa criança enquanto sujeito protagonista da escola. Sim, o mediador escolar precisa manter parceria com os terapeutas que acompanham o seu aluno justamente para auxiliá-lo nas relações sociais, acadêmicas, emocionais e comunicativa dentro do espaço acadêmico enquanto o professor por sua vez deverá se preocupar com o plano individual, planejamento, objetivos. Metodologias, áreas de conhecimentos e avaliações que alcancem as necessidades individuais do aluno. Mesmo que a inclusão das crianças com TEA seja um desafio aos professores, sempre é bom buscar soluções e conhecimento, levando para a sala de aula a não discriminar e sim, mostrar para todos que é importante o respeito e a convivência. De acordo com Miranda e Galvão Filho (2012):

Outro fator importante na inclusão de alunos com deficiência na escola pública é a oportunidade do convívio com colegas sem deficiência, fazendo com que se percebam indivíduos capazes de desenvolver suas dimensões social, psíquica, biológica e laboral. Então, devem ser oferecidos os meios para a organização da escola democrática com vistas à aprendizagem que tenha como eixo norteador a experiência entre as subjetividades, ou seja, professores e alunos, com/sem deficiência, aprendendo juntos. (Miranda; Galvão FILHO, 2012, p. 92).

Nesse sentido, precisamos compreender a importância de um planejamento adaptativo e acessível para alunos com o transtorno do espectro autista, é importante que os docentes entendam que cada criança dentro do espectro é única, tem suas particularidades e características, jamais encontrar um autista igual ao outro dentro de uma sala de aula. O planejamento adaptativo valoriza as áreas de interesse dos alunos, permitindo que eles se engajem mais ativamente nas atividades propostas, por isso, a necessidade de dialogar com o mediador.

A aprendizagem não acontece somente por meio cognitivo e sim, também de forma afetiva, o professor nesta perspectiva deve interagir com a criança, adaptando sua metodologia para atender às necessidades. Podemos dizer que muitas vezes a criança fica às margens do conhecimento ou não são incluídas nas atividades em grupo, quando isso

acontecer cabe ao professor incluí-las mostrando a importância do respeito e a convivência junto com as outras crianças. Dessa forma, reafirmamos a importância da parceria entre o professor e o mediador escolar no que tange o desenvolvimento integral e a aprendizagem de todas as crianças sem distinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da criança com TEA deve ser defendida por todos e sua garantia vai muito além da sua presença na sala de aula, deve almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades apresentada no diagnóstico. Esse papel é de todos que fazem parte da comunidade escolar. Quando falamos na importância da parceria entre professor do ensino regular e mediador escolar entendemos o qual necessário é a colaboração dos envolvidos. No entanto, o que ainda é visto nas escolas regulares é a oferta de vagas para inserir essas crianças, mas, não se promove modificações nas práticas pedagógicas. Portanto, não se faz inclusão.

Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio”. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos, trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica. (Correia, 2008, p. 47).

Sendo assim, para que a inclusão aconteça é necessário que os professores regentes também conheçam características do Espectro Autista, entenda a necessidade do seu aluno, suas condições neurobiológicas e acadêmicas, invista em capacitações, formem parcerias com os demais profissionais que acompanham o aluno, assim superem seus desafios sendo capazes de gerar um ensino de qualidade e equidade.

Após as análises dos questionários pôde-se constatar a grande dificuldade de incluir o aluno com transtorno do espectro autista por parte dos professores essa realidade vivida hoje na escola analisada não difere de outras escolas do nosso território e são evidentes o despreparo e a falta de conhecimento dos profissionais quanto as informações e manifestações do autismo. Os professores têm conhecimento superficial das características e interação sobre o espectro do autismo, conseqüentemente ainda

apresentam receio ao receber alunos autistas em sala de aula devido em alguns casos apresentarem dificuldades na aprendizagem, na linguagem oral, no contato visual, emocionais e fatores comportamentais.

Pensar numa proposta curricular vai além dos conteúdos. Ou são os conteúdos mais importantes que o processo educativo? Ao educador faz-se necessário observar a real necessidade do aprendente autista e como esse currículo vai ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo (Chaves; Abreu, 2014, p. 6).

Outro fator importante para a educação do aluno com TEA é a adaptação curricular, focar na necessidade individual, cobra-se tanto que o mediador crie recursos pedagógicos para estimular aprendizagem desse aluno, todavia, esquecem de orientar os docentes a importância do PEI, tendo em vista que a responsabilidade pela execução da aula é do professor.

Não se pode ficar preso na ideia de ensinar tudo a todos com as mesmas estratégias, com apenas a lousa e seus acessórios, ou ficar preso nos antigos ditados de palavras. O professor por sua vez deve levar em consideração a autonomia do sujeito, tornando-o capaz de aprender o que está proposto na Base Nacional Comum Curricular, mas também a conviver em grupos, refletir sobre seu papel no ambiente pedagógico. Pois, quando a escola aplica na prática o que há na teoria, novos conhecimentos e comportamentos passam a ser desenvolvidos no aluno, e assim seus déficits sociais passam a ser ultrapassados e a escola se tornará verdadeiramente inclusiva.

A parceria entre o professor regente e o mediador escolar é fundamental para a inclusão eficaz de alunos autistas no ambiente educacional. Essa colaboração permite que ambos profissionais unam suas habilidades e conhecimentos para criar estratégias específicas que suprem as necessidades acadêmicas, sociais e autônoma. O mediador escolar atua como elo entre o professor e o aluno, facilitando a aprendizagem, interação, modelagem de comportamento, contenção diante de uma crise e se for o caso trabalha as habilidades de vida diária. Enquanto isso, o professor traz sua expertise pedagógica, adaptando o currículo, desenvolvendo plano de intervenção de acordo com o nível de dificuldade de cada aluno.

Logo, enquanto o aluno autista não for de fato o protagonista do seu processo de aprendizagem, enquanto os profissionais enxergarem apenas as dificuldades apresentadas no laudo e esquecerem que estão trabalhando com uma criança antes de qualquer coisa ainda haverá esse discurso cansativo de que o professor do ensino regular não está preparado para lecionar para alunos com deficiência. Incluir como diz a Lei não deve ser algo utópico para que de fato isso aconteça é necessário focar na formação continuada,

mas também devemos nos permitir manter o espaço escolar um ambiente de debate, precisamos quebrar velhos paradigmas e acolher o novo, ter empatia e resiliência a tudo aquilo que nos desafia.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, recurso eletrônico, DSM-5. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento, rev. téc. Aristides Volpato Cordioli, 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARANHA, M. S. F. **E24 e Educação Inclusiva: v.3: a escola/coordenação geral SEESP/MEC**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

_____. **Ministério da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, institui as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília – DF, MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CNE/CEB n. 017/2001 Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014a. Disponível em: Acesso em: 29 jul. 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação: atuais desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

BOLZAN, Doris. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos**. Porto Alegre: Editora Mediação. 2002.

CAMARGO, Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura.** *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009. Disponível em: Acesso em: 10 mar. 2024.

CORREIA, L. de M. (1999), apud MORGADO, José Carlos. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares.** Porto. 2008.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas** / Fihama Brenda Lucena da Costa – Caicó: UFRN, 2017. Disponível em https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4510/1/O%20processo%20de%20inclus%C3%A3o%20do%20aluno%20autista%20_Monografia_Costa.pdf.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak, 2014.

_____ - **A experiência de Matheus, um aluno autista, na escola.** Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/experienciamatheus-aluno-autista-escola-482092.shtml>> Acesso em: 26 mar. 2024.

CHAVES, Maria José; ABREU. Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista.** 2014. Disponível em: Acesso em: 29 jul. 2024.

DECLARAÇÃO DA SALAMANCA: Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em 12 de julho de 2024.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações.** 2 ed. rev. e atual. Curitiba: editora IBPEX, 2009.

KANNER, L. apud. KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – Organizadoras. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar.** Brasília, Editora UnB, 2010.

KLIN, A. **Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral.** *Revista Brasileira de Psiquiatria*. V.28 p. 3-11, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio – uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1991.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que e? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

MELLO, Ana Maria S. Ros de et al. **Retratos do autismo no Brasil.** São Paulo: AMA, 2013.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Projetos, Relatórios e Textos na Educação Básica: Como fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PIAGET, Jean. **Abstração reflexionante: relações lógicas – aritméticas e ordem das relações espaciais**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** / Edilene Aparecida Ropoliet.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Raimunda Sousa dos. **A inclusão de alunos surdos no 4º ano b na Unidade de Ensino Fundamental Cleômenes Falcão**. Raimunda Sousa dos Santos. Bacabal - MA, 2016.

VYGOSTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.